



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES ESTADO DE RONDÔNIA - SUPEL/RO.

Processo Administrativo nº 029.002038/2023-01/SEDUC/RO

Ref. Concorrência Pública nº 005/2023/CPLO/SUPEL/RO

Objeto: Construção de 01 (um) Refeitório com cozinha, 01 (um) auditório, 01 (um) bloco de salas de aula, reforma geral predial e instalações, onde funciona a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 13 de Maio, localizada no município de Ji-Paraná/RO.

VG PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA ME, sociedade empresarial limitada unipessoal, inscrita no CNPJ sob nº 45.692.866/0001-49, Inscrição Estadual nº 01.042.487/001-88, empresa de direito privado, com sede na Avenida Fortaleza, Bairro Centro, nº 5443, no município de Rolim de Moura/RO, neste ato representada por seu único sócio, **GUILHERME VINICIUS PALMA DA SILVA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, regularmente inscrito no CPF sob nº 006.718.732-37, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, tempestivamente, com fundamento no artigo 109, I, "a", da Lei n. 8666/93, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão desta digna Comissão de Licitação que habilitou a recorrente e as empresas **IMPERIAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA**, **VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA**, **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI**, **MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE LTDA** e **CENTRAL CONSTRUTORA LTDA**, o que faz pelos fundamentos de fato e de direitos a seguir arrazoados:



1 - DOS FATOS

A empresa **VG PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA ME**, juntamente com as empresas **JCF RIBEIRO ENGENHARIA LTDA-EPP**, **VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA**, **B. DE ALCANTARA MOURÃO**, **CENTRAL CONSTRUTORA LTDA**, **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI**, **PORTO CONSTRUÇÕES LTDA**, **MODESTO COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA**, **IMPERIAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA**, **MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE LTDA**, **PROGRESSUS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA** e **MODESTO COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA**, participaram do procedimento licitatório “Concorrência Pública nº. 005/2023/CPLO/SUPEL/RO”, cujo objeto é a “Construção de 01 (um) Refeitório com cozinha, 01 (um) auditório, 01 (um) bloco de salas de aula, reforma geral predial e instalações, onde funciona a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 13 de Maio, localizada no município de Ji-Paraná/RO”. Importante destacar, que referidas foram as únicas a participarem do certamente licitatório.

Na fase inicial, após apreciação dos documentos de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, a Comissão Permanente de Licitação entendeu por bem em habilitar as empresas **JCF RIBEIRO ENGENHARIA LTDA-EPP**, **VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA**, **VG PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, **B. DE ALCANTARA MOURÃO**, **CENTRAL CONSTRUTORA LTDA**, **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI**, **PORTO CONSTRUÇÕES LTDA**, **MODESTO COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA**, **IMPERIAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA**, **MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE LTDA** e **PROGRESSUS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA**.

Seguidamente, analisando e julgando as propostas de preços apresentadas, esta Comissão entendeu por bem em classificar, na ordem que se seguem - ordem de classificação, as empresas **IMPERIAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA**, **VG PRIME ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA**, **VERDES MARES CONSTRUÇÕES DE OBRAS PÚBLICAS LTDA**, **PILAR CONSTRUÇÕES EIRELI**, **MAMORÉ CONSTRUÇÕES E MEIO AMBIENTE LTDA** e **CENTRAL CONSTRUTORA LTDA**. Quanto as empresas **PROGRESSUS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA**, **JCF RIBEIRO ENGENHARIA LTDA-EPP**, **PORTO CONSTRUÇÕES LTDA**, **B. DE ALCANTARA MOURÃO** e **MODESTO COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA**, foram desclassificadas por não terem atendidos as regras editalícias.

Em que pese a decisão desta Ilustre Comissão, entendemos, com a devida vênia, que a proposta de preços da empresa **IMPERIAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA** deveria ter sido desclassificada, visto que descumpriu o disposto no item 19.2.1, alíneas “e” e “g”, do Edital de Concorrência Pública nº 005/2023/CPLO/SUPEL/RO. As incongruências na proposta de preços serão devidamente demonstradas no decorrer do presente Recurso.



É o suscinto relatório.

2 - PRLIMINARMENTE.

Da Tempestividade

Preleciona o art. 109, I, a), da Lei nº 8.666/93, que:

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;
[...]” (grifado)

A Ata que declarou as empresas licitantes habilitadas foi lavrada em data de 19/06/2023, sendo assinada no dia 20/06/2023, e publicada no dia 20/06/2023.

Assim, procedendo-se cálculos, tem-se que o prazo derradeiro para protocolo de Recurso se findaria no dia 27/06/2023 (dias 24/06 e 25/06 foram dias não úteis).

Desse modo, tendo em vista que o Recurso é protocolado na presente data – 26/06/2023, tem-se que ele é tempestivo.

3 - NO MÉRITO

Da Vinculação ao Instrumento Convocatório

Da análise do art. 37, XXI, da Constituição Federal, percebe-se que a licitação deverá assegurar igualdade de condições à todos os concorrentes, sob pena de incorrer em ilegalidade, veja:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...];



XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública **que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
[...]" (destacado)

No intuito de proporcionar igualdade de condições aos concorrentes, o art. 3º da Lei nº 8666/93 deixa claro os objetivos da licitação, nos seguintes termos:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os **princípios básicos** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (grifamos)

Nesse sentido, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Deve-se interpretar os preceitos do ato convocatório em conformidade com as leis e a Constituição, afinal, é ato concretizador e de hierarquia inferior à essas. Antes de observar o Edital e condicionar-se à ele, os licitantes devem verificar a sua legalidade, legitimidade e constitucionalidade. Desse modo, evidencia-se que o Edital do certame não pode ir de encontro com as leis que tratam do mesmo assunto em virtude da hierarquia existente.

Desse modo, a vinculação dos participantes aos exatos termos estipulados no Edital de Licitação é princípio fundamental do procedimento licitatório. Nesse sentido também é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, *in litteris*:

"O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo à: editalícias, **impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório**. (REsp 595079/RS, Rel. Min. Herman Benja Turma, STJ, DOU 15/12/2009)" (Sic) (grifou-se).

Esse também tem sido o entendimento de nossas Cortes. Oportuna a transcrição de julgados, os quais devem ser aplicados por analogia. Vejamos:

"Apelação. Mandado de Segurança. Inabilitação. Processo licitatório. Nulidade do contrato. Descumprimento das normas editalícias. Requisitos de qualificação econômico-financeira e capacidade técnica Princípio da vinculação ao edital. Recurso



improvido. Impõe-se, pelos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, a desclassificação do licitante que não observou exigência prevista no edital. É nula a homologação e ilegal a contratação de empresa que deixou de cumprir fielmente itens estampados no edital, notadamente quanto à qualificação econômico-financeira e capacidade técnica exigida para sua habilitação. Não havendo regularidade na documentação exigida, os precedentes judiciais têm mantido as decisões de inabilitação em licitações. (TJ-RO - AC: 70344047320178220001, Relator: Des. Miguel Mônico Neto, Data de Julgamento: 31/03/2021)

APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA - OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO - INABILITAÇÃO DE LICITANTE - APRESENTAÇÃO INCOMPLETA DE DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL REQUERIDA - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - ORDEM DENEGADA - RECURSO NÃO PROVIDO. 1- [...]. 2 - Não pode a empresa apresentar documentação contábil incompleta, pretendendo se amparar em exigências da Junta Comercial no que tange ao número máximo de folhas que devem constar em cada livro diário. 3- Uma vez que a Comissão Licitante apenas deu estrito cumprimento ao disposto no art. 31 da Lei de Licitações, que dispõe sobre a documentação necessária para a análise da qualificação econômico-financeira dos licitantes, não há que se falar em arbitrariedade ou ilegalidade. 4- Recurso não provido, mantida a sentença denegatória da segurança. (TJ-MG - AC: 10443150036947001 Nanuque, Relator: Hilda Teixeira da Costa, Data de Julgamento: 08/11/2016, Câmaras Cíveis / 2ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/11/2016)" (destacado)

Nesse cenário, resta claro que os licitantes devem, fielmente, cumprir as regras editalícias sob pena, de não o fazendo, serem inabilitados no certame.

Conforme se demonstrará nos tópicos seguintes, a licitante **IMPERIAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA** deixou de cumprir item 19.2.1, alíneas "e" e "g", do Edital de Concorrência Pública nº 005/2023/CPLO/SUPEL/RO, razão pela qual, a decisão desta Digna Comissão que a "CLASSIFICOU", deve ser reformada.

Do Não Cumprimento, por parte da Empresa IMPERIAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA, do Item 19.2.1, alíneas "e" e "g", do Edital de Concorrência Pública nº 005/2023/CPLO/SUPEL/RO

Prescreve o item 19.2.1, alíneas "e" e "g", do Edital de Concorrência Pública nº 005/2023/CPLO/SUPEL/RO, que:

"[...]
19 DO EXAME DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
[...].



19.2 - DESCLASSIFICAÇÃO DA (S) PROPOSTA (S)

19.2.1 - Examinados os conteúdos das Propostas de Preços pela Comissão, serão consideradas desclassificadas aquelas que:

a) As propostas com valores unitários e/ou global proposto para os serviços sejam manifestamente excessivos ou inexequíveis serão desclassificadas.

b) Serão considerados manifestamente inexequíveis, as propostas que apresentem nos termos da Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, valores inferiores em 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores):

b.1) Valor orçado pela administração;

b.2) Da média aritmética dos valores das propostas superiores a 50 % (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou;

c) Serão consideradas excessivas, aquelas propostas cujos valores unitários sejam superiores aos estabelecidos na planilha orçamentária, bem como, aquelas cujo valor global ultrapasse R\$ 4.600.730,68 (quatro milhões, seiscentos mil, setecentos e trinta reais e sessenta e oito centavos). Lei 8.666/93 - Art. 48, parágrafo II.

d) Não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação, bem como as que não apresentarem a cotação de qualquer dos itens da obra (exceto aqueles itens que estiverem com quantidades zeros) ou que alterem as quantidades constantes da planilha.

e) As propostas que apresentarem omissões, rasuras, entrelinhas, erros substanciais de cálculo, preços unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero ou comprovadamente incompatíveis com os praticados no mercado, distorções significativas ou ainda cujos elementos técnicos fornecidos não se mostrarem satisfatórios, tendo em vista os indicadores para avaliação, determinados e estabelecidos neste Edital, bem como aquelas que não atenderem ao art. 48 da Lei 8.666/93.

f) Que não apresentarem todos os itens da Planilha Orçamentária.

g) As que apresentarem preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores aos constantes na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública.

h) Quando o licitante apresentar preço considerado inexequível a Administração Pública deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

[...]” (grifado)

Percebe-se dos itens transcritos, em especial dos negritados e sublinhados, que as empresas licitantes deveriam apresentar propostas de preços sem omissões, erros substanciais de cálculo, distorções significativas, bem ainda que todos os itens da Planilha Orçamentária deveriam estar contemplados na mesma sob pena de, não o fazendo, serem



desclassificadas.

Pois bem. Em que pese tais exigências editalícias percebe-se, ao se apreciar a proposta de preços e documentos correlacionados apresentada pela empresa **IMPERIAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA**, que a mesma não cumpriu tais encargos.

Constata-se da proposta de preços apresentada por mencionada empresa que inexistente numeração de páginas, a saber: 1) Folha 3/61 Carta proposta (Arquivo 1) [*Ausência de numeração da proposta]; 2) Folha 5/61 Planilha resumo (Arquivo 1) [*Ausência de numeração da proposta]; 3) Folha 23/61 Planilha sintética (Arquivo 1) [*Ausência de numeração da proposta]; 4) Folha 37/44 Proposta no cronograma (Arquivo 3) [*Ausência de numeração da proposta].

Nada obstante, e aí é fator mais grave, a proposta de preços apresentada pela empresa **IMPERIAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA** contém erros substanciais de cálculo. Conforme se constata da Carta proposta, Planilha resumo e Planilha sintética o valor da proposta era de **R\$ 3.534,064,85** (três milhões quinhentos e trinta e quatro mil sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos). Ocorre que no valor da proposta no Cronograma, diferentemente, a quantia é de **R\$ 3.506.721,61** (três milhões quinhentos e seis mil setecentos e vinte e um reais e sessenta e um centavos), fato que demonstra claro erro substancial, visto que inferior ao da Carta proposta. Oportuno colacionar parte do Cronograma em que se identifica os apontamentos:



12:56 4.5G 41%

< IMPERIAL_3_3

10,00%	10,00%	10,00%	20,00%	30,00%
16.708,01	16.708,01	16.708,01	33.416,01	50.124,02
10,00%	20,00%	10,00%	20,00%	10,00%
15.670,00	31.340,00	15.670,00	31.340,00	15.670,00
	20,00%	30,00%	50,00%	
	18.693,76	28.040,64	46.734,41	
				100,00%
				39.858,22
				50,00%
				19.259,77
				8,9%
14,98%	15,18%	10,89%	7,76%	
29.559,35	536.470,50	384.824,67	274.136,06	243.989,57
58,5%	73,88%	84,57%	92,32%	99,23%
67.300,82	2.603.771,32	2.988.595,99	3.262.732,04	3.506.721,61

Tatiana
Tatiana Silva de Souza Carneiro
Arquiteta e Urbanista
CAU/AC A124657-7

37/44

Além disso, na proposta a empresa **não apresentou todos os itens da Planilha Orçamentária circunstância que, caso inserido, majoraria o preço global da proposta.**

Portanto, diante da substancialidade do erro, este não é passível de correção, posto que **altera o preço global apresentado.**

Trilhando o mesmo entendimento, nossos Tribunais têm assim se posicionado quanto a fatos assemelhados:



“EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - CONTRATAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM MUNICÍPIO - DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE POR INCONSISTÊNCIAS NA PLANILHA DE PREÇOS - CORREÇÃO DOS ERROS EM SEDE DE RECURSO ADMINISTRATIVO - IMPOSSIBILIDADE - CORREÇÃO QUE ALTERA PREÇO GLOBAL E PROPOSTA APRESENTADA - PLAUSIBILIDADE DAS ALEGAÇÕES - AUSÊNCIA - RECURSO DESPROVIDO. 1. Não se vislumbra ilegalidade no ato da administração que desclassificou empresa licitante do certame em razão da existência de inconsistências na planilha de preço apresentada junto à proposta. 2. Não é possível a correção de erros de cálculo na planilha de preço em sede de recurso administrativo quando as alterações implicariam modificação do preço global apresentado na proposta. 3. Legitimidade da inabilitação. Ausência de plausibilidade dos argumentos, a desautorizar a concessão da tutela de urgência. 4. Recurso a que se nega provimento. (TJ-MG - AI: 10000220604862001 MG, Relator: Áurea Brasil, Data de Julgamento: 28/07/2022, Câmaras Cíveis / 5ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 29/07/2022)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESCLASSIFICAÇÃO EM LICITAÇÃO. COMPOSIÇÃO DO BDI. ITENS VEDADOS. ERRO MATERIAL QUE INFLUENCIA NO VALOR DA PROPOSTA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. - Não viola direito líquido e certo a decisão da comissão de licitação que desclassifica concorrente que comete erro material em composição de custos que influencia no valor de sua proposta, e, ainda, está em desacordo com as regras do edital e diretrizes emanadas pelo Tribunal de Contas da União. (TJ-MG - AC: 10702150303627002 MG, Relator: Alberto Vilas Boas, Data de Julgamento: 25/04/2017, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 03/05/2017)” (grifado)

Desse modo, por não atender as exigências contidas no item 19.2.1, alíneas “e” e “g”, do Edital de Concorrência Pública nº 005/2023/CPLO/SUPEL/RO, patente que a empresa **IMPERIAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA** deverá ser desclassificada.

Conveniente frisar, por fim, que a empresa **B. DE ALCANTARA MOURÃO** foi desclassificada por esta Comissão por apresentar proposta de preços com os mesmos erros trazidos/apresentados pela empresa **IMPERIAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA**. Assim, face o princípio da isonomia, esta Comissão, com a devida vênia, deverá dispensar o mesmo tratamento a empresa **IMPERIAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA**.



4. DO PEDIDO

Ante o exposto, requer desta Comissão, pelos argumentos pontuados, seja reformada a decisão atacada para **“DESCCLASSIFICAR”** a empresa **IMPERIAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO LTDA** por não atender as exigências contidas no item 19.2.1, alíneas “e” e “g”, do Edital de Concorrência Pública nº 005/2023/CPLO/SUPEL/RO.

Termos em que,
Pede deferimento.

Rolim de Moura/RO, 26 de junho de 2023.

VG PRIME ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA - ME
CNPJ nº 45.692.866/0001-49
Guilherme Vinicius Palma da Silva
Proprietário